

**HABEAS CORPUS Nº 570.123 - MT (2020/0078273-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : ARTUR BARROS FREITAS OSTI  
**ADVOGADO** : ARTUR BARROS FREITAS OSTI - MT0183350  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**PACIENTE** : LAURIANO SILVA GOMES DA CRUZ  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LAURIANO SILVA GOMES DA CRUZ em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Depreende-se dos autos que o paciente teve sua prisão preventiva decretada no dia 19/12/2019, no âmbito de inquérito policial que visa apurar a suposta prática de crimes de tráfico e associação para o tráfico. Todavia foi denunciado não somente pela suposta prática de associação para o tráfico, tipificado no art. 35 da Lei n. 11.343/06, mediante narrativa absolutamente incompreensível.

O impetrante requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente, substituindo-a por medidas cautelares diversas. Pugna pela observância da Recomendação n. 62/2020 do CNJ, em virtude do risco de contaminação da COVID-19

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM

# Superior Tribunal de Justiça

PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente